

LUGARES DE MEMÓRIA NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA: OLHARES DIVERSOS

JONATAN DOS SANTOS SILVA¹

VIVIANE SALES OLIVEIRA²

FELIPE EDUARDO FERREIRA MARTA³

RESUMO

Este texto tem por objetivo discutir lugares de memória com foco na insistência de perpetuação de uma Memória daqueles e daquelas que se intitulam “vencedores” – colonizadores - através de monumentos históricos construídos em Vitória da Conquista, Região Sudoeste, do Estado da Bahia. Trata-se, portanto, de um estudo fundamentado nas concepções teóricas da Memória, no intuito de provocar novas discussões a respeito desses lugares de memória que se distanciam da ideia de legitimação da história disseminada como oficial.

Palavras-chave: Lugares de memória; Monumentos; Memória.

1. INTRODUÇÃO

A história disseminada pelo crivo dos vencedores distancia os sujeitos para longe dos tidos vencidos ao passo que os mesmos são construtores de fatos e acontecimentos que acabam sendo registrados pelos tidos protagonistas, os “vencedores”. Estes organizam conteúdos longe de serem questionadas e contam as histórias e constroem uma memória desses feitos lembrados sempre através de inúmeros instrumentos, nesta oportunidade discutiremos as insistências de perpetuação de uma memória através de monumentos históricos construídos em Vitória da Conquista, Região Sudoeste, do Estado da Bahia.

Para tanto, utilizamos o estudo da Memória como condição de análise e construção de conhecimento, uma vez que, consideramos, que a Memória trata das vivências cotidianas relacionadas aos hábitos que sobrevivem ao longo do tempo e não desaparecem de forma radical por ter continuidade e constantes reinvenções, Nora (1993). Para este pesquisador, a Memória se configura naquilo que se situa no âmbito daquilo que é natural, orgânico e fisiológico, sendo um elo entre as gerações no qual permite o presente se compreender enquanto campo de experiência. Considerando que, “a memória é um fenômeno sempre atual, um lugar vivido no eterno presente” (NORA, 1984, p. XIX), resolvemos abrir esta

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* Vitória da Conquista-BA.

² Mestra em Relações Étnicas e Contemporaneidade pelo Órgão de Educação das Relações Étnicas – ODEERE, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* Jequié-BA.

³ Doutor em História; professor do Programa de Pós-Graduação em memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* Vitória da Conquista-BA.

discussão que envolve: I. o “Monumento do Índio”, inaugurado no dia 05 de Junho de 2000, na praça “Caixeiros viajantes”, localizado em uma das rotatórias do centro da cidade. Idealizado e articulado pelo Movimento Contra Morte Prematura. Neste local que diariamente circulam inúmeras pessoas, está no centro comercial do município que atende a região e se estende até o norte do Estado de Minas Gerais. Este monumento retratado através de uma flecha apontada verticalmente para cima. Nele consta: *“um tributo a todas as tribos por uma questão histórica, cultural e humana”*; II. o “Monumento Jacy Flores”, localizado na Avenida Olívia Flores, no bairro Candeias, erguido no ano 2000, por iniciativa familiar.

A construção deste trabalho, se distancia da ideia de legitimação da histórica disseminada como oficial, pois essa aproximação sacralizaria a institucionalização do poder que assume a história como único caminho de possibilidade.

2. LUGARES DE MEMÓRIA NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA: OLHARES DIVERSOS

Estes monumentos supracitados são tidos por lugares de memórias representados simbolicamente pelos discursos daqueles e daquelas que pretendem legitimar fatos históricos. Para Nora, a condição de existência de lugares de memória ocorre como resíduos de um passado, segundo ele:

o que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. (...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 12 - 13).

Desta forma, através de monumentos, a Memória se materializa. Em outras palavras, longe de imaginá-la enquanto experiência psíquica individual ou coletiva, a Memória no âmbito dos lugares se materializa nas instituições, no sentido de salvaguardar o que deve ser lembrado na sociedade. A materialização destes lugares podem ser através da experiência material, simbólica e pedagógica (museus, monumentos, livros de história, etc). Dessa forma, em meio às rupturas,

transformações e “aceleração” da história, a Memória ganha espaço através dos rastros, que vai nos obrigando a lembrar com ajuda dos lugares.

Seguindo esta orientação teórica, os monumentos são memórias que estabelecem uma relação que remete ao passado e ganha sentido no presente, construindo sentido e significado e configurando um elo de memória. Nora (1993) acredita que nada é permanente. Para ele, a memória justifica nossas ações e dita o porquê fazemos uma coisa e não outra, depende diretamente das relações que se estabelecem durante a produção das versões do passado. Além disso, estas versões se atrelam a capacidade de realizar a narração do ponto de vista do lugar social que o narrador se ocupa.

Assim, estão com a palavra descendentes de uma luta histórica que nos trazem de forma crítica as disputas vinculadas ao território contadas por meio da oralidade carregada na memória das e dos descendentes daquelas e daqueles que sobreviveram ao massacre que marca a própria nomenclatura da cidade “Vitória da Conquista”. Trata-se de Gilvandro Oliveira, indígena, artista plástico, historiador, morador do Ribeirão do Panelheiro que traz em sua formação povos indígenas e quilombolas. É um território certificado pela Fundação Cultural Palmares, como Quilombo e atualmente, suas lideranças buscam a afirmação indígena.

As narrativas analisadas são evocadas pela atual geração no intuito de evidenciar memórias de suas coletividades marcada pela vida em comunidade e de não esquecer a dívida histórica em que a cidade e estado tem para com a ancestralidade dizimada neste contexto. Sobre o “Monumento ao índio”, visto na Foto 1, apesar de despertar curiosidade de quem transita pelo local, o monumento é atualmente discutido em diferentes olhares. Em sua maioria são críticas relacionadas ao fato da localização em uma rotatória em “frente a primeira Igreja Batista” no centro da cidade, e por cristalizar um símbolo das tradições dos povos indígenas sem fazer alguma relação com os povos originários da cidade, os quais foram massacrados e esquecidos pela memória tida como oficial.



Figura 1: Monumento ao Índio. **Fonte:** PMVC, 2021.

Além disso, os relatos dos moradores e moradoras do Ribeirão dos Paneleiros, demonstram insatisfação pela tentativa do artista em apresentar suas memórias representadas neste monumento, como se estas memórias coletivas tivessem deixado de existir e restado apenas o monumento representado por:

uma flecha apontada retinha para o céu, sendo que ela pode cair no mesmo lugar em que foi atirada: tudo que sobe, desce. O recado tem que descer em outras aldeias. Nossa voz vem dos recados que chegaram das flechas de outras aldeias ancestrais. É preciso direcionar e saber atirar para o lugar certo, para o povo entender que estamos aqui. Para eles entenderem que outra parte do nosso povo está espalhada pela cidade com a memória apagada da ancestralidade que também pertence a eles (GILVANDO OLIVEIRA, entrevista 2021).

A cristalização das memórias dos povos originários na cidade é colocada em debate por Gilvandro Oliveira, no sentido de fazer uma crítica a sociedade em desconsiderar as pautas das lutas das comunidades tradicionais. A metáfora observada na narrativa do artista, mostra o quanto estas representatividades na arte assumem a responsabilidade de construir uma memória social sobre a existência destas comunidades, as quais são esquecidas e pouco reconhecidas pelos próprios descendentes que foram sucumbidos pela história tida por oficial disseminada na cidade.

A oralidade é um saber das comunidades tradicionais que garantem a resistência destes povos que são colocados em situação de inferiorização pela elite que se encontra no poder. Quando privilegiamos o saber tradicional destes

povos, estamos inevitavelmente ressaltando “a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas (...) dominadas, se opõe à memória oficial.” (POLLAK, 1989, p.4). É com base nessa concepção de Pollak (1989) que compreendemos o papel exercido pela Memória dos moradores e moradoras das comunidades tradicionais da cidade, que sendo subterrâneas, “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise” (Id.)

Este argumento de Pollak (1989) pode ser ilustrado pela atitude Gilvandro Oliveira, que responde as constantes ameaças enfrentadas, através da exposição “Amanjê”, realizada no de 2014, em um dos museus da cidade, denuncia seu contexto de vida, conforme ele nos relata:

[...] Eu peguei um Imboré, fiz um Cristo Grande, e peguei índios mutilados, cortados, com expressão de depressão, frustração, coloquei no chão, saí espalhando e fiz em agonia. Falei: se eu tenho uma obra de arte que vai contra a história, que denuncia, que fala, que expressa dor, angústia e chega até (...), eu tô é ferrado se eu for viver de história. Eu tô é ferrado, não vou ser um bom profissional, e minha tendência foi essa, foi jogar na cara (...) (GILVANDO OLIVEIRA, entrevista 2021).

3. MONUMENTO E CONTROVÉRSIA

O “Monumento à Jacy Flores”, visto na Foto 2, retrata a vitória dos “vencedores” sob os povos indígenas na cidade. Este lugar de Memória é apresentado em formato de uma parede com azulejos brancos e azuis que divide informações em seus dois lados. Em um deles, apresenta a foto de Jacy dos Santos Flores (1918-1992) seguida da mensagem: “A primeira mulher legalmente estabelecida como lojista em Vitória da Conquista”. O outro lado visto na foto, mostra dois brasões oficiais: um da cidade de Vitória da Conquista e outro, da Cidade de Chaves, situada em Portugal. E ao centro, uma placa metálica contendo a descrição histórica da cidade, conforme a imagem e o texto seguinte: “A história de Vitória da Conquista tem o início com a vitória sobre os valentes índios Mongoiós e Imborés de 1752 a 1783”.



Figura 2: Monumento à Jacy Flores. **Fonte:** flaviense.blogs.sapo.pt/tag/curiosidades

O texto se encerra ao citar os pesquisadores e memorialistas responsáveis pela efetivação do texto inserido no projeto monumental, entre eles: Humberto Flores, Paulo Marcio Cardoso, Rui Medeiros e Ubirajara Brito. Dessa maneira, recorreremos aos estudos de Oliveira (2012) para trazer sua contribuição referente aos escritos dos memorialistas da cidade, sendo produções compostas por relatos e textos literários de jornais publicados durante o século XX, os quais sustentaram os mitos relativos à história tida oficial da cidade. Segundo ela: “o mito que reforça a fundação de Vitória da Conquista se pautou em uma construção binária que é a justificativa da colonização por meio da necessidade de civilizar o lugar versus a morte do nativo que impedia essa civilização” (OLIVEIRA, 2012, p.72).

Dispusemos ainda de inúmeras tentativas para encontrar estudos que aprofundassem informações sobre este monumento. Porém, encontramos apenas na página virtual da “V Conferência Estadual de Cultura da Bahia” reproduções referentes ao texto escrito, onde acrescentaram apenas a informação de que vinte “Paus-brasis” foram plantados na mesma data de inauguração do monumento, “representando os índios (moradores primitivos), os colonos e os atuais moradores”.

Os pontos de confluências com a memória dominante frente aos lugares de memória tornam-se uma “quimera” quando se percebe um monumento que aponta uma multi referencialidade histórica sem fazer menção às vítimas do “banquete da morte”, citado na escrita do texto presente no monumento, ao mesmo tempo que se tem um conjunto de árvores plantadas *in memory* aos indígenas “valentes” que não são apontadas como lugar de memória atrelado à memória pública do monumento “Jacy Flores”.

Em tempo novas interpretações e atitudes se colocam avessas ao processo

de “romantização” da invasão dos colonizadores no território em que se encontra a cidade atualmente. Visto que, esta lógica de “modernidade” eurocêntrica reforça os paradigmas das “verdades universais” para invisibilizar e silenciar, através do “poder moderno e colonial”, outras narrativas contadas a partir de quem foi “colonizado” e visibilizar aquelas originadas no mundo ocidental a partir de critérios ideológicos de padrões de avanço, Abib; Da Silva (2020); Mbembe (2014).

Estes padrões de avanço construído vão se se cristalizando não só a partir das narrativas memorialistas presentes em documentos literários dos museológicos e bibliotecas, mas em homenagens configuradas em monumentos, nomes de ruas, de avenidas, de praças, de escolas, etc, para legitimar um passado tradicionalmente vinculado à memória nacional dos vencedores. Por isso, é preciso refletir o modo como ocorre a legitimação destes lugares de memórias, assim como a consolidação dos pensamentos coloniais que ainda prevalecem e sustentam a existência e permanência desta memória na cidade.

4. CONSIDERAÇÕES

Em contraste ao processo de consolidação da memória hegemônica de Vitória da Conquista, o artigo intitulado “Derrubando estátuas, fazendo história” dos professores de História Paulo Pachá e Thiago Krause, publicado na *Revista Época* em 2020, mostra o significado político de erigir e derrubar monumentos frente ao papel da sociedade na produção da história e memória. Ao destacarem os atuais protestos mundialmente exercidos por grupos políticos contrários a permanência de estátuas de caráter dominante de escravocratas, os autores mostram as críticas ao movimento, que chegou no Brasil através das redes sociais e jornais, quando estátuas racistas foram pichadas em 2016. Assim, a legitimidade do movimento passou a ser questionada quando o alvo passou a ser as estátuas que fazem alusão à vitória dos bandeirantes contra os povos originários.

Recentemente, no dia 24 de Julho de 2021, o monumento do bandeirante Borba Gato foi incendiado em São Paulo, que ficou consagrado na História nacional por ter escravizado e dizimado parte dos povos originários no Brasil. A mídia imediatamente publicou o ocorrido utilizando os termos “atearam fogo”, “ataque ao monumento”, e recordam o episódio ocorrido em 2020, quando manifestantes desconhecidos colocaram crânios ao lado deste mesmo monumento, no intuito de ressignificar a memória oficial da cidade.

O aspecto interessante em torno dessas publicações se refere ao fato de que estas manifestações nos ajudaram a refletir sobre os discursos que vão se constituindo em torno de manter estas memórias disseminadas por meio dos monumentos da cidade de Vitória da Conquista-BA. Por isso, não se deve esquecer que é mais fácil, no Brasil, atear fogo em indígenas no "Dia do Índio", criminalizar a "revolta" contra o "patrimônio público nacional" e convencer a memória pública de restaurar estes monumentos, do que erguer novos monumentos nos quais contribuem no âmbito da memória social sobre a reparação histórica.

Foi percebido que os memorialistas e historiadores locais defendem a ideia de que seria anacrônico revisar a história e apagar o passado quando estes monumentos não são construídos para homenagear a "história da cidade". Em contrapartida, Pachá e Krause (2020) afirmam que os argumentos em defesa da preservação da memória nacional vistos nos monumentos "ignoram os fundamentos da própria historiografia", PACHÁ E KRAUSE, 2020, p.60). Os autores concluem que o ato de erigir uma estátua não expressa neutralidade. Pelo contrário, eterniza a leitura que a cidade faz sobre a história no intuito de desqualificar qualquer discurso que venha a discordar da história que está sendo transmitida através do monumento.

Dessa maneira, ao confrontarmos a ideia destes autores com os monumentos apresentados acima foi possível perceber que estes lugares de memória descrevem os projetos hegemônicos da elite de Vitória da Conquista-BA e silencia a história dos povos originários e as contribuições do povo negro no processo de constituição da cidade, quando os espaços públicos são ocupados pela presença de monumentos que simbolizam a história da elite branca em uma cidade majoritariamente negra e indígena. Reconhecer que estas homenagens são inadequadas é reparação histórica fundada no dever de memória, no sentido de visitar os equívocos cometidos no passado, ressignificar o espaço público.

Destruir um monumento significa a necessidade de rediscutir a estrutura que define a esfera de poder ilustrada na oficialização da história e legitimação dos mitos nacionais. Embora os monumentos sejam destruídos há manutenção de rastros que se deseja construir. Apesar de que outros críticos se mostram avessos ao ato de destruição dos monumentos contidos neste projeto de apagamento de qualquer memória hegemônica pelas cidades, percebe-se que não há a necessidade de repetir a história dos antigos quando as disputas de poder se

agravavam em meio aos conflitos. E sim, de deslocar estes monumentos até um lugar de memória (museu) que seja possível manter registradas as atrocidades no âmbito de reparação e restituição histórica perante os povos vencidos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIB, P. R. J., & DA SILVA, L. G. R. (2020). Culturas populares na universidade: uma proposta de educação decolonial. *História Oral*, 23(1), 139–160.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Antígona, Lisboa, 2014.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. Índios paneleiros do planalto da conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais, 2012. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador-Ba, 2012.

PACHÁ, P. e KRAUSE, T. Derrubando estátuas, fazendo história. *Época*. Disponível em: <https://epoca.globo.com/cultura/artigo-derrubando-estatuas-fazendo-historia-24487372>. Acesso em: 02 jul.2020.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.